

ATIVIDADE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIAS

PRACTICAL ACTIVITY AS A CURRICULAR COMPONENT: EXPERIENCE REPORT

Diêgo Souza Albuquerque¹

Raiany Priscila Paiva Medeiros Nonato²

Luiz Eduardo do Nascimento Neto³

RESUMO

A formação docente é permeada por um conjunto de normatizações que visam contribuir para uma formação docente de qualidade. Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior no Brasil bem como os Pareceres CNE/CP 28 e CNE/CP 009 de 2001 e as Resoluções CNE/CP 1, CNE/CP 2 de 2002, do Conselho Nacional da Educação (CNE), foram criados na tentativa de reforçar essa qualidade inserindo assim no processo formativo a Prática como Componente Curricular (PCC). Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir e dialogar a importância da PCC para a formação docente em Geografia. Metodologicamente, para a construção destas reflexões, foram compiladas e discutidas as normas instituídas na PCC e lançadas considerações acerca do no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Geografia CAMEAM/UERN, Pau dos Ferros/RN, no intuito de entendimento das perspectivas, modalidades e temáticas pretendidas pelo referido documento a serem utilizadas no processo formativo docente. Para além deste, foram tecidas reflexões com base nas experiências vivenciadas ao longo da execução das Atividades Práticas no curso superior supracitado. Através da pesquisa realizada, os resultados evidenciam que as propostas efetivadas

¹ Discente do Curso de Geografia do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - diealbuquerque07@gmail.com

² Discente do Curso de Geografia do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - raianypriscila18p@gmail.com

³ Docente Me. do Curso de Geografia do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - luizeduardo@uern.br

atenderam a necessidade da dimensão teoria e prática, veementemente discutidas nas formulações para os cursos superiores. Finalizamos reconhecendo a relevância da PCC para a formação profissional, principalmente ao colocar o licenciando como protagonista de ações práticas e efetivas durante o processo formativo, propiciando assim, o entendimento do papel social do geógrafo para com a realidade onde está inserido.

Palavras-chave: PCC, Licenciatura em Geografia, Atividade Prática.

ABSTRACT

Teacher training throughout Graduation is permeated by a series of regulations aimed at contributing to quality teacher training. From this perspective, the National Curricular Guidelines for the Education of Teachers of Basic Level Education in Brazil as well as the CNE/CP 28 and CNE/CP 009 de 2001 and the Resolutions CNE/CP 1, CNE/CP 2 de 2002, of the National Council of Education (CNE), were created in an attempt to reinforce this quality, thus inserting in the formative process the Practice as a Curricular Component (PCC). In this sense, the present essay aims to discuss the importance of that document for teacher training in Geography. Methodologically, for the construction of these reflections, the institutional norms in the PCC were compiled and discussed and Pedagogical Project of the Course of Geography Graduation in CAMEAM / UERN, Pau dos Ferros/RN, in purpose to understand the perspectives, modalities and themes intended by the said document to be used in the educational formative teacher. In addition to this, reflections were woven based on the experiences lived during the execution of the Practical Activities in the aforementioned upper course. Through the research realized out, the results show that they are proposals made in response to the need of the theory and practice dimension, strongly discussed in the formulations for the upper courses. We could conclude by recognizing the relevance of the PCC for professional qualification, mainly because it works as a licensed as the protagonist of the practical and formative process, thus providing an understanding of the role of the reality where it is inserted.

Keywords: PCC, Degreed Geography, Practical Activity.

INTRODUÇÃO

O âmago da formação docente está calcado em uma série de discussões, orientações e reflexões que visam construir uma formação docente de qualidade baseada e amparada por normatizações. Dessa forma, diretrizes que tem sido instituídas para a educação brasileira, a

exemplo dos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP 28, CNE/CP 009 de 2001) e as resoluções deste mesmo conselho (CNE/CP 1, CNE/CP 2 de 2002), para a formação de professores da Educação Básica em Nível Superior. Ambas as normatizações, tratam da implementação da Prática como Componente Curricular (PCC) na formação de professores em Nível Superior, com o intuito de promover a articulação entre teoria e prática no percurso do processo formativo dos professores, permeando as bases teóricas às realizações práticas nesse processo.

Seguindo as normatizações propostas pelo Conselho Nacional de Educação, no que tange a legislação vigente sobre a reestruturação curricular dos cursos de licenciatura plena em Geografia, o curso de Geografia do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), instituiu que a Prática como Componente Curricular seja ofertada, semestralmente, como componente curricular denominado Atividade Prática, a partir do 1º período se estendendo ao 7º período.

Coadunamos da ideia que a vivência com as Atividades Práticas no percorrer do processo formativo no curso superior permite experiências e aprendizados relevantes para o exercício docente. Sustido nessa reflexão, o presente trabalho visa discutir a importância da Prática como Componente Curricular para a formação docente em Geografia. Para tanto, fez-se necessário leituras e compilações bibliográficas, que abordam as normatizações para a instituição da PCC no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Geografia do CAMEAM/UERN, Pau dos Ferros/RN a luz da legislação do CNE que trata especificamente desse contexto. A leitura dessa documentação em específico proporcionou o entendimento dos objetivos e pretensões a serem realizadas nas Atividades Práticas dos cursos de licenciatura no cenário brasileiro.

Por fim, são lançadas reflexões a partir de duas experiências no decorrer de Atividades Práticas desenvolvidas no curso supracitado, nas quais os discentes participaram. Assim, salientamos o desenvolver desse componente, apontando aspectos relevantes no que tange ao processo ensino e aprendizagem e as contribuições que ambas imprimiram no processo formativo docente.

A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: BREVES CONSIDERAÇÕES

A formação acadêmica de professores é imbuída de discussões que se designam a construir reflexões, orientações e normatizações consideradas necessárias para a formação

docente de qualidade. Ao longo do tempo, houve uma série de ações que visaram a implantação de bases educacionais no Brasil, a década de 1990 apresentou-se como fértil espaço para isso. Na maioria dos documentos e proposições “[...] é possível observar a existência de orientações no sentido de uma reestruturação curricular e da definição de outro perfil de professores para atuar na educação brasileira” (ANDERI, 2008, p. 69). Isso pode ser constatado na Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (LDB 9394/96).

Outras diretrizes para a educação foram sendo instituídas, a exemplo dos pareceres do CNE/CP 28, CNE/CP 009 de 2001 e as resoluções CNE/CP 1, CNE/CP 2 de 2002, do Conselho Nacional da Educação (CNE) para a formação de professores da Educação Básica em nível superior. Ambas as regulamentações versam sobre a Prática como Componente Curricular (PCC) na formação de professores para atuarem na Educação Básica.

As diretrizes em questão objetivam orientar a inserção atividades metodológicas com aplicações de caráter prático, aliadas às teorias dos cursos de licenciaturas, além de apontarem para o rompimento da concepção de professor baseado na racionalidade técnica, onde pressuponha-se apenas o domínio dos conhecimentos específicos da ciência estudada. As diretrizes propõem, assim, a ruptura com o modelo anteriormente instituído onde primeiro aparecia à teoria específica da área de formação nos três anos iniciais do curso e por fim, no último ano, as disciplinas pedagógicas e práticas de ensino (ANDERI, 2008).

Ao tecermos considerações sobre o Parecer CNE/CP 28/2001, analisamos que o mesmo expõe que a teoria e prática são momentos que movimentam a realidade e mediam os acontecimentos, constituindo a busca pelo fazer e produzir algo. A prática não é uma cópia da teoria; na verdade, ela é a materialização das coisas que estão sendo realizadas, resguardadas em uma teoria, de forma a assegurar a articulação entre essas duas dimensões. Assim, a teoria e prática são campos que administram as atuações, pois “[...] teoria e prática constituem um todo único, produzido na dinâmica da evolução humana em um contexto e em um tempo. Não há prevalência de uma sobre a outra, há interdependência [...]” (SOUZA, 2001, p. 7).

Consideramos assim, a teoria e prática no sentido de reciprocidade, porque uma corresponde a outra durante o processo de ensino e aprendizagem. Isso ao passo que o conhecimento teórico responde uma questão à medida que este ajuda a interpretar uma dada realidade.

Entendemos que a prática está muito além da aplicação da técnica, visto que a pratica é um recurso de mediação com a teoria e que deve reforçar o processo de ensino e aprendizagem. Pimenta (1985) afirma que o cerne da atividade (prática) do professor é o ensino aprendizagem,

o conhecimento técnico prático de como assegurar que a aprendizagem ocorra em consonância com exercício de ensinar, envolve o conhecimento do objetivo, definição dos fins e a intervenção no objeto para que a realidade se transforme enquanto realidade social.

Ainda sobre o parecer CNE/CP 28/2001, que trata da PCC, esta aponta múltiplas maneiras de serem realizadas pelos cursos de licenciatura mediante a autonomia que lhes são dadas na elaboração de seu Projeto Pedagógico do curso (PPC), o que permite aos mesmos um leque de opções para assimilar de forma equitativa teoria e prática em suas atividades para formação docente. O mesmo parecer observa:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quantos outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. (PARECER CNE/CP 28/2001, p. 9).

Desse modo, observa-se que a PCC deve estar articulada ao início dos cursos de formação de professores, devendo estar presente na matriz curricular, percorrendo o processo formativo. Para essa articulação, foi implementado mais um terço (1/3) do tempo mínimo já estabelecido na carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica. Após a implementação, a carga horária fica estabelecida em quatrocentas horas (400h), posteriormente, estabelecido na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura. As horas a mais são justificadas pelo viés de que os cursos terão a ampliação de possibilidades, aumentando o tempo disponível para articular teoria e prática.

Outro ponto importante a ser observado nesse Parecer 28/2001 é a aceção de que a prática não deve está restrita somente a realização de Estágio Supervisionado, isto é, a Prática como Componente Curricular deve perpassar as demais disciplinas e atividades do curso, ficando a cargo do mesmo a delimitação dessa conexão.

A adoção da expressão PCC no Parecer 28/2001 objetiva diferenciá-lo das práticas dos componentes curriculares de ensino e dos estágios supervisionados, pois, havia certa incerteza quanto aos objetivos e finalidades de cada atividade, tendo em vista que até a criação das DCN para formação de professores, as práticas de ensino eram reduzidas a carga horária de no

mínimo trezentas horas e desenvolvidas sob forma de estágios supervisionados, ocorridos na maioria dos cursos de licenciatura no último ano (OLIVEIRA e FRANCISCHETT, 2015).

O Parecer CNE/CP 009/2001, anterior ao 28/2001, objetiva superar a concepção de que a prática está limitada ao Estágio Supervisionado. A concepção de Prática como Componente Curricular implica a dimensão do conhecimento que está presente nos cursos de formação, nos momentos de reflexão sobre a atividade docente, durante o estágio e em outras ações no processo formativo, seja ela realizada em sala de aula ou em outro ambiente. A articulação da prática nos cursos fica a responsabilidade da equipe formadora.

As DCN para a Formação de Professores da Educação Básica, prescritas na Resolução CNE/CP 1, de 2002, no Art. 13, propõe que:

Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

A Prática como Componente Curricular, a partir das normatizações evidenciadas acima, deve assumir ação mais efetiva e concomitante com as atividades disciplinares e interdisciplinares dos cursos. Assim proporcionando fugir da dicotomia que se faz nesses segmentos, ora supervalorizando o conhecimento teórico e desprezando as práticas enquanto fonte de conhecimento de formação, ora desvalorizando a dimensão teórica em detrimento da exaltação da prática do fazer pedagógico (ANDERI, 2008). As diretrizes citadas propõem promover a articulação entre teoria e prática no percurso do processo formativo de professores, mediando às bases teóricas às realizações práticas nesse processo. Nesse sentido, uma formação que se baseia na íntima vinculação entre teoria e prática pode aproximar o formando a um repertório de saberes que se faz necessário na profissão docente.

A ATIVIDADE PRÁTICA NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA DO CAMEAM/UERN

O Curso de graduação em Geografia, modalidade licenciatura plena, encetou seu funcionamento no *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia” – CAMEAM/UERN no ano de 2004 na cidade de Pau dos Ferros/RN. As atividades iniciais do curso ocorreram exclusivamente no turno matutino sendo alterado a partir do semestre 2006.2, expandido o horário de desenvolvimento das atividades nos turnos matutino e noturno. A implementação de mais um horário de funcionamento está vinculado a criação do Componente Curricular Atividade Prática, objetivando efetivar as 400 (quatrocentas) horas de atividades práticas obrigatórias prevista na resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

Com bases nas orientações do CNE, que dão flexibilidade aos cursos para implementação das horas de atividades práticas obrigatórias na formação docente, o curso de Geografia do CAMEAM/UERN, instituiu que a Atividade Prática como Componente Curricular seja ofertada semestralmente, a partir do 1º período pelos docentes do curso e/ou profissionais convidados de outras unidades acadêmicas ou instituições de ensino superior, se estendendo ao 7º período.

Referente à divisão da carga horária, fica acordado que do 1º ao 6º período o componente curricular prático terá 60 (sessenta) horas para realização das atividades e o 7º período terá 40 (quarenta), totalizando 400 (quatrocentas) horas de atividades práticas a serem desenvolvidas ao longo do processo formativo dos alunos que frequentam o referido curso superior.

O Parecer CNE/CP 001/2002 preconiza que a matriz curricular dos cursos deve ser organizada mediante critérios, respeitando a locação de tempos e espaços curriculares. O PPC do curso em tela atribui notória ressalva ao inciso VI: eixo articulador das dimensões teóricas e práticas. No PPC do curso de Geografia observa-se que a articulação teoria e prática objetiva ser abordada:

Portanto, as atividades deverão ser abordadas com temáticas de natureza teórico-prático, imprescindíveis para a qualificação da formação docente, aprofundando saberes e conhecimentos científicos, bem como reforçado a importância da transversalidade e da interdisciplinaridade na construção de saberes. (PCC, 2014, p. 97)

Destarte, a articulação teoria e prática deve ser respeitada e planejada no âmbito do desenvolvimento das atividades formativas e em especial no componente prático. Assim, é reconhecido ser necessário o embasamento teórico que sustente a explicação e aplicação da prática, optando por atividades que permitam aprender sobre a realidade individual e social dos alunos, na perspectiva de interligar conhecimentos das várias ciências ou segmentos em discussões geográficas, objetivando ainda, formar cidadãos que discutam de forma contextualizada variadas situações observando suas complexidades, além de saber observar e pesquisar, bem como sugerir resoluções de situações-problemas ao qual estejam inseridos.

Alusiva à organização das Atividades Práticas do curso de Geografia CAMEAM/UERN, Bezerra e Silva (2013, p. 71) salientam:

[...] propõe a orientação de algumas ações inerentes à formação para a atividade docente como o aprimoramento em práticas investigativas; a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimentos dos conteúdos curriculares; o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe. Assim, buscamos propor um debate sobre as questões relacionadas à produção do espaço geográfico, tentando resgatar o papel social do geógrafo enquanto aquele que busca mapear a realidade na qual se insere, a partir de uma reflexão e intervenção no meio.

O curso apresenta propostas de Atividades Práticas que visam atender a devida dimensão prática que permeia o ensino e aprendizagem do licenciado em Geografia. As modalidades das atividades são distribuídas em Seminários Temáticos que articulam discussões em diferentes temas, a saber: políticas públicas e gestão de recursos hídricos, planejamento territorial e desenvolvimento, reforma agrária, movimentos sociais e assentamentos rurais, ensino de Geografia, cartografias e novas tecnologias, estudos temáticos integrados e direito, cidadania e meio ambiente e Geografia na Arte.

Nessa perspectiva, os seminários permitem que sejam trabalhadas várias áreas da Geografia, tendo como primordial objetivo desenvolver estudos sobre os temas estabelecidos, resultado em reflexões e produção de métodos, estratégias, bem como materiais e instrumentos para o ensino da Geografia.

Outra modalidade são as Práticas Laboratoriais que visam o trabalho nas dimensões físico-ambiente, tendo como finalidade a utilização de técnicas de trabalho de campo e de laboratório na área da Geografia. E por fim, a modalidade Projeto “Nos Caminhos da

Geografia”, objetivando ampliar a relação entre Universidade e sociedade, a partir de observação, registro, análise e interpretação de resultados por meio das atividades de campo.

O desenvolvimento da modalidade de Atividades Práticas no curso de Geografia estudado enfoca os procedimentos de observação, reflexão e construção de mecanismos de intervenção no ambiente, em especial, pensado para o ambiente escolar quando os licenciandos ingressarem na atividade docente. As Atividades Práticas visam promover discussões com questões contextualizadas entre os graduandos, professores e sociedade. Desse modo, os licenciandos devem realizar registros e desenvolverem-se capazes de resolver situações-problemas que venham encontrar em seu ambiente de trabalho e/ou na sociedade. Nos moldes descritos, percebe-se que a PCC no curso de Geografia CAMEAM/UERN é um componente de suma importância na licenciatura em Geografia, visto propiciar momentos férteis para relacionar teoria e prática, construindo experiências e saberes significativos para a atual docente.

A PCC DO CURSO DE GEOGRAFIA CAMEAM/UERN: ENSAIOS DE EXPERIÊNCIAS

As Atividades Práticas como já descritas acima são ofertadas ao longo dos quatro (04) anos do curso de Licenciatura em Geografia do CAMEAM/UERN. “As atividades deverão ser abordadas com temáticas de natureza teórico-prática, imprescindíveis para a qualificação da formação docente, aprofundando saberes e conhecimentos científicos [...]” (PPC, 2014). Desse modo, A PCC tem como foco fundamental perpetuar relação consistente entre a teoria geográfica e a prática, possibilitando a mobilização desse conhecimento para fins de progresso no aprendizado dos licenciados.

Pensando o papel relevante desempenhado pela Ciência Geográfica a partir do seu objeto de estudo, faz-se importante tratar de assuntos relacionados à produção do espaço geográfico, buscando compreender a realidade na qual os indivíduos estão inseridos. Assim, as atividades de caráter prático fazem-se importantes para a formação docente, principalmente por estimular a conexão entre teoria e prática.

Nesse contexto, como exemplo para a análise, teceremos considerações acerca da Atividade Prática III, que ocorreu no semestre 2014.2, que trabalha a modalidade Práticas Laboratoriais, e trabalhou como objeto de estudo “a cidade enquanto *lócus* da urbanização e seus problemas oriundos do uso e ocupação dos solos” (GUEDES, 2014, s/p). Dessa forma, o

contato prático esteve pautado nos conteúdos que englobavam a Geografia Urbana e ambiental. Foram realizados assim, estudos sobre a qualidade ambiental urbana na perspectiva de compreensão dos cemitérios públicos, dos problemas ambientais e das consequências que essas estruturas podem desencadear no espaço urbano.

A metodologia da AP III foi realizada a partir da discussão de temáticas que tratam do processo de urbanização e seus reflexos no espaço, do uso e ocupação do solo urbano e problemas decorrentes dos cemitérios e os possíveis impactos ambientais. Foi elaborado ainda aula de campo de campo em dois cemitérios públicos da cidade de Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte, bem como estudos de caso em cemitérios de algumas cidades onde residem os alunos matriculados na referida Atividade Prática, para a elaboração do produto final que consistiu na produção de resumos expandidos sobre as temáticas abordadas na AP III. Para essa atividade, os alunos foram divididos em grupos, onde cada grupo teve a incumbência em pesquisar sobre as temáticas referentes ao surgimento dos cemitérios, suas conformações e problemas ambientais decorrentes da localização dos mesmos nas cidades e/ou em suas proximidades.

Pensar nos cemitérios, lugares que se constituem dentro do espaço geográfico, e diante da existência deles em todas as cidades, em virtude da necessidade de um destino final aos mortos, é uma temática imprescindível e muito pertinente à Geografia, no tocante as territorialidades que existem nesses espaços, quanto aos possíveis problemas ambientais que essas construções podem ocasionar, a saber: a possível contaminação de recursos naturais como a água e o solo, e proliferação de algumas doenças causadas pelos cadáveres que ao se decomporem, liberam o necrochorume, líquido composto por algumas substâncias altamente tóxicas.

Sobre esses problemas evidenciados acima, Furtado (2009, *apud* NOGUEIRA; JÚNIOR; COIMBRA, 2013, p. 332-333), explica que:

Os cemitérios são considerados atividades urbanas potencialmente contaminantes, pois através do necrochorume transportado pela água das chuvas infiltradas nas covas ou pelo contato dos corpos com a água subterrânea, podem provocar problemas hidrogeambientais, ou seja, a contaminação do solo e das águas subsuperficiais (lençóis freáticos).

Percebe-se que a AP III possibilitou a observação e reflexão sobre um tema presente na realidade de todos os indivíduos, em especial das áreas urbanas. Foi uma situação contextualizada, deste os processos de urbanização até a criação dos cemitérios, realizada

através da execução de registros e discussão de uma situação-problema presente no ambiente urbano, que o professor de Geografia poderá abordar em sala de aula.

As discussões e reflexões proporcionadas por esse componente curricular são relevantes diante do estudo das questões urbanas a partir do estudo geográfico nos cemitérios locais, considerando que as criações de tais espaços são estratégias para a organização social e espacial, em meio aos vivos e mortos. A necessidade de sepultar os mortos tornou-se um hábito simbólico, cultural e religioso de cada povo, evoluindo para um ato necessário a sociedade moderna, tendo em vista as necessidades sanitárias e de higienização do espaço, principalmente por ainda ser uma questão pouco discutida, há necessidade de haverem discussões e, até mesmo, planejamento político voltado para as problemáticas causadas pelos cemitérios.

A segunda Atividade Prática (AP IV) escolhida para essa reflexão foi realizada no semestre 2015.1, inserida na modalidade de Seminários Temáticos, que teve como finalidade “Refletir sobre a cidade estudada e a cidade vivida e Ensino de Geografia, com base na aula de campo como instrumento que ressalta as práticas de observação, registro, análise e interpretação do espaço geográfico” (AZEVEDO, 2015, s/p).

As discussões percolaram conteúdos da totalidade-mundo no Ensino de Geografia: a cidade ensinada e a cidade vivida, a importância do estudo do lugar para a compreensão do espaço geográfico, travessias da aula de campo na Geografia Escolar, espaço rural e espaço urbano, estruturas e formas de relevo, industrialização e globalização.

A metodologia da AP IV ocorreu inicialmente a partir de discussões de textos base, planejamento e execução de micro aulas e atividade de campo, bem como a construção de documentário, que se constituiu como produto final desse componente curricular. Para a realização de cada etapa do processo de desenvolvimento da atividade proposta, a turma foi dividida em grupos, na qual cada um trabalhou conteúdos específicos da Geografia Escolar, os quais deveriam elaborar e realizar atividades de campo, com objetivo de utilizar esse recurso metodológico para o ensino de Geografia.

Considera-se essa atividade fundamental para a formação docente por permitir aos licenciandos em Geografia contato direto com planejamento de aula, objetivando a mediação dos conteúdos da Geografia Escolar no conhecimento geográfico prático, através do estudo dos fenômenos e elementos (sejam eles naturais ou humanos) que se observa no espaço geográfico, no qual os mesmos tiveram a oportunidade de visualizar em campo os conteúdos e aspectos discutidos em sala de aula durante o processo formativo docente.

A referida AP permitiu aos licenciandos o protagonismo docente nas realizações de todas as etapas da atividade, visando a compreensão da dinâmica do espaço geográfico, principalmente pela observação, registro, análise e interpretação dos lugares por meio do trabalho desenvolvido no componente curricular.

Compartilhamos da ideia de que a AP IV, ao explorar a atividade de campo como recurso metodológico para o ensino de Geografia, nos permitiu novas experiências para a construção da prática docente. De acordo com Oliveira e Assis (2009, p. 198), a aula de campo:

Instiga [...] antes de tudo, compreender as diferenciações entre as paisagens dos livros didáticos e as paisagens vivenciadas *in loco*. Estas são movidas e vivificadas pela relação dos alunos com as configurações óticas apreciadas sem recortes. São vistas juntamente com os movimentos das relações sociais, seus diferentes tipos de uso e seu entorno, a combinação de objetos naturais e artificiais — um instante da relação sociedade-natureza, ou melhor, das naturezas mais ou menos humanas — num verdadeiro conjunto de processos e objetos.

Assim, para a licenciatura, é fundamental a discussão e implementação de metodologias que auxiliem a mediação e conexão entre teoria e prática. No ensino de Geografia não é diferente, no caso a aula de campo constitui-se como procedimento que tende a facilitar a apreensão e significado do conhecimento através do olhar de observação e interpretação sobre diversos conteúdos, que permeiam os espaços, do rural ao urbano, as formas de relevo, a paisagem urbana, as urbanidades presentes nos espaços rurais, à segregação espacial, os processos industriais, dentre outros.

Nesse intento, a Atividade Prática IV corroborou para o amadurecimento da prática docente dos licenciandos a partir do convívio com os vários espaços formativos constatados, afinal, compreende-se que os espaços de formação docente vão além da sala de aula e dos muros da Universidade.

CONCLUSÕES FINAIS

“[...] a docência é uma atividade complexa [...]”, escreveu a professora Vânia Chaigar (2014, p. 254), ao resgatar seu itinerário de formação e prática no ensino da Geografia, relatando parte de sua experiência de contato com os inúmeros fios que se unem para refletir e explicar nossa realidade, bem como a formação docente. Desta forma, entende-se a complexidade da formação docente, compreendendo diversas disciplinas e componentes, e demais atividades que são realizadas no âmbito do processo formativo do curso de Geografia.

Diante disso, entendemos que a formação docente é imbuída de ações planejadas que devem combinar com a formação de qualidade. Reconhecemos o quanto as Atividades Práticas são relevantes para a formação profissional, principalmente quando conseguem colocar o licenciando como protagonista de ações durante seu processo formativo, podendo propiciar o entendimento do papel social do geógrafo para com a realidade onde está inserido.

Apesar de reconhecermos os bônus da Atividade Prática, averiguamos que nem sempre as mesmas são desenvolvidas em um modelo prático na realização das atividades, por vezes, outras Atividades Práticas desenvolvidas no âmbito do curso ora analisado não desempenharam o proposto pelas normatizações, visto que as discussões teórica de textos, predominantemente, perpassou a realização desse componente curricular, subtraindo a dimensão prática que a disciplina deve abranger.

Ainda que alguns conteúdos trabalhados nas Atividades Práticas não resultem em um produto pronto, acabado e concreto, estas têm a capacidade de resultar em uma prática social, que possa ser subsídio para entendimento do espaço geográfico, nesse sentido a prática deve ser entendida como subsídio metodológico para a formação docente.

Concluimos que a confluência entre teoria e prática é uma relação necessária para a formação docente. Partindo da análise que foi proposta e realizada nesse trabalho, finalizamos afirmando que a formação docente é uma atividade complexa que necessita de ações e atividades diversas que possam pensar o mundo a qual está inserido, em uma perspectiva que forme profissionais qualificados para a ação docente.

REFERÊNCIAS

ANDERI, Eliane Gonçalves Costa. Contexto do Surgimento da Prática como Componente Curricular. In: ZANATTA, Beatriz Aparecida; SOUSA, Vanilton Camilo (Orgs.). **Formação de professores: reflexões do atual cenário sobre o ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEG, 2008, p. 69-83.

AZEVEDO, Jucicléa Medeiros de. **Programa geral do componente curricular (PGCC)** da Atividade Prática IV. Curso de Geografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia*, Pau dos Ferros, RN, 2015.

BEZERRA, Josué Alencar; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. “Nos Caminhos da Geografia”: proposta de Atividade Prática, um desafio para o Projeto Pedagógico do Curso de

Geografia da UERN / *Campus* de Pau dos erros, RN. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 65-76, jan./jun., 2013.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 9, de 8 de Março de 2001. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de graduação plena.** Brasília, DF, 8 março 2001.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28, de 10 de Outubro de 2001. **Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.** Brasília, DF, 10 out. 2002.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de graduação plena.** Brasília, DF, 18 fev. 2002.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.** Brasília, DF, 19 fev. 2002.

GUEDES, Josiel de Alencar. **Programa geral do componente curricular (PGCC) da Atividade Prática III. Curso de Geografia.** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia, Pau dos Ferros, RN, 2014.

NOGUEIRA, Cláudia de Oliceira Gonçalves; COSTA JÚNIOR, José Edmar Vieira; COIMBRA, Luís Antônio Borges. Cemitérios e seus impactos socioambientais no Brasil. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 331-344, 2013. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/681/705>. Acesso em abril de 2017.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; ASSIS Raimundo Jucier Sousa de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 195-209, jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, Morgana Garda de; FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. Prática como Componente Curricular no curso de licenciatura em Geografia da UNIOESTE- *Campus* de Francisco Beltrão-PR: uma análise a partir dos formadores. V Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas, 5., 2015. Paraná. *Anais...* Paraná: RETLEE Experiência Educativa, 2015, p. 319-330.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 94, p. 58-72, ago. 1995. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/612.pdf>> Acesso em abril de 2017.

PPC. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia.** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* Avançado Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia, Pau dos Ferros, RN, jun., 2014.

SOUZA, Nadia Aparecida de. A relação teoria-prática na formação do educador. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 22, p. 5-12, set., 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/proppg/portal/pages/arquivos/pesquisa/semina/pdf/semina_22_1_21_33.pdf>. Acesso em abril de 2017.